

# Autonomia só para as satélites

Se as emendas do senador Mário Maia (PMDB-AC) e do deputado Mauricio Fruet (PMDB-PR) forem realmente votadas no mês de agosto, os parlamentares terão de levar em consideração o parecer do Deputado Oscar Correa Júnior (PDS-MG), que colocou-se numa posição contrária à representação política para o Distrito Federal a nível de Câmara e Senado.

Em seu parecer, apresentado no dia 1º de setembro de 1983, Oscar Correa Júnior, depois de reconhecer a constitucionalidade dos projetos dos parlamentares oposicionistas, afirma que a representação de Brasília nas duas maiores Câmaras da Nação seria incompatível com o fundamento que norteou a transferência da Capital da República, a de ser sede do Poder Central. Neste caso, o relator defendia a subordinação da ad-

ministração de Brasília ao Governo Federal, sendo que o Poder legislativo ficaria nas mãos da Comissão do Distrito Federal no Senado.

Entretanto, Oscar Correa Júnior admitiu em seu parecer a concessão de autonomia para as cidades-satélites com a consequente criação de câmaras de vereadores. O Plano Piloto, com base neste entendimento, passaria a ser configurado como Distrito Federal e ficaria fora do direito de emancipação. Esta proposta, para ser efetivada, teria de ser convertida necessariamente em uma nova emenda à Constituição, alterando radicalmente a compreensão que norteou a implantação da capital.

O parecer apresentado no final do ano passado já está hoje defasado em relação às idéias de Oscar Correa. A movimentação dos brasilienses pela repre-

sentação e o complicado processo político que se desenvolveu no Congresso Nacional nos últimos meses, culminando com a retirada da emenda Figueiredo, levaram o deputado mineiro a defender o direito de representação do Distrito Federal também a nível de Câmara e Senado.

Estas mudanças do parlamentar certamente criarão uma situação pitoresca. Quando da votação das emendas dos oposicionistas ele tenderá a acatar as idéias gerais da representação, enquanto o seu próprio parecer dará respaldo para aqueles que ainda teimam até hoje em não conceder o direito de cidadania aos brasilienses. Este fato não preocupa o deputado: hoje ele é um diretista dentro do PDS e, devido a esta posição, ficar contra a representação seria, no mínimo, um contra-senso.